

Prefeitura Municipal de Marmealeiro

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Cx. Postal 24 - Fone / Fax (46) 3525-8100 - CEP 85615-000 - MARMELEIRO - PR

LEI Nº 2.702, DE 20 DE MAIO DE 2021.

Autoriza o repasse mensal de auxílio-transporte a estudantes matriculados em cursos superiores de graduação e dá outras providências.

O PREFEITO DE MARMELEIRO. Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o repasse mensal de auxílio-transporte aos estudantes residentes no Município de Marmealeiro que estejam matriculados em cursos superiores de graduação, disponibilizados em instituições localizadas no Sudoeste do Paraná e Extremo Oeste Catarinense.

Art. 2º O valor mensal do auxílio de que trata o art. 1º será determinado de acordo com localização da instituição de ensino, nos Municípios a seguir relacionados:

- I – Francisco Beltrão, Estado do Paraná: R\$ 99,00;
- II – Pato Branco, Estado do Paraná: R\$ 161,00;
- III – Dois Vizinhos, Estado do Paraná: R\$ 161,00;
- IV – Realeza, Estado do Paraná: R\$ 161,00;
- V – Ampére, Estado do Paraná: R\$ 161,00;
- VI – Palmas, Estado do Paraná: R\$ 250,00;
- VII – São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina: R\$ 245,00;
- VIII – Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná: R\$ 68,00.

Art. 3º O repasse será efetuado nos meses de junho a dezembro, mediante transferência em conta bancária de titularidade do estudante previamente fornecida, até o 10º dia do mês subsequente ao devido.

Parágrafo único. Considerando as medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19, o estudante deverá comprovar que no meses correspondentes ao repasse frequentou presencialmente as aulas no curso matriculado.

Art. 4º Para fazer jus ao benefício, o estudante interessado deverá cadastrar-se junto à Divisão de Pessoal, munido dos seguintes documentos:

- I – Cartão de Inscrição no CPF/MF;
- II – Cédula de Identidade Civil (RG);
- III – Comprovante de residência atualizado;
- IV – Declaração de Matrícula em curso superior de graduação;
- V – Declaração da Universidade de que o curso frequentado pelo estudante está ofertando aulas presenciais e que o estudante está acompanhando as aulas presencialmente.

§1º Os documentos relacionados nos incisos III a V do *caput* deste artigo deverão ser reapresentados na Divisão de Recursos Humanos nos meses de julho e novembro, sob pena de suspensão do pagamento do auxílio e/ou devolução dos valores indevidamente recebidos.

Prefeitura Municipal de Marmeleiro

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.205.665/0001-01

Av. Macali, 255 - Cx. Postal 24 - Fone / Fax (46) 3525-8100 - CEP 85615-000 - MARMELEIRO - PR

§2º O estudante que suspender a frequência às aulas presenciais, mesmo que temporariamente e por força das medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19, deverá comunicar a Divisão de Pessoal, sob pena de devolução dos valores recebidos indevidamente.

§3º A apresentação de documentos com informações falsas implicará na responsabilização administrativa, cível e criminal dos envolvidos e na devolução dos valores recebidos indevidamente pelo estudante a título de auxílio.

Art. 5º Não farão jus ao auxílio-transporte previsto nesta Lei:

- I – os estudantes que estão frequentando o curso há mais de 05 (cinco) anos;
- II – os estudantes que não comprovarem a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no semestre, para cada disciplina em que está matriculado;
- III – os estudantes que já possuem diploma de curso superior de graduação;
- IV – os estudantes de cursos superiores de graduação na modalidade à distância;
- V – os estudantes que estão com as aulas presenciais suspensas por conta das medidas de enfrentamento da pandemia da COVID-19, enquanto perdurar a suspensão;
- VI – os estudantes que por opção ou por integrarem o grupo de risco estão acompanhando as aulas de forma remota.

Parágrafo único. Os estudantes que estão frequentando dois cursos superiores de graduação receberão o auxílio correspondente a apenas um dos cursos.

Art. 6º A relação dos estudantes beneficiados com o auxílio-transporte será divulgada mensalmente na rede mundial de computadores, no endereço eletrônico www.marmeleiro.pr.gov.br, para controle social.

Art. 7º As despesas decorrentes desta lei serão custeadas por dotação orçamentária própria.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até 31 de dezembro de 2021.

Marmeleiro, 20 de maio de 2021.


PAULO JAIR PILATI
Prefeito de Marmeleiro

Publicado no DOE de Edição nº 989, de 20 de maio de 2021.